



Número: **0803164-52.2019.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **26/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes                             |                    | Procurador/Terceiro vinculado                           |                          |
|------------------------------------|--------------------|---|--------------------------|
| KARLA VIVIANE VIEIRA LOPES (AUTOR) |                    | LEONARDO MIKE SILVA PEREIRA (ADVOGADO)                  |                          |
| SEGURADORA DPVAT (RÉU)             |                    | LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)                |                          |
| Documentos                         |                    |   |                          |
| Id.                                | Data da Assinatura | Documento   | Tipo                     |
| 56202141                           | 27/05/2020 09:39   | <a href="#">Petição de manifestação</a>                 | Petição                  |
| 56202143                           | 27/05/2020 09:39   | <a href="#">2585640_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01</a> | Documento de Comprovação |

Petição anexa





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORO/RN

Processo: 08031645220198205106

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **KARLA VIVIANE VIOERA LOPES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**.

**Isso se deve ao fato de o perito ter concluído que há invalidez no pé direito:**

| Segmento Anatômico   | Marque aqui o percentual                                      |
|--|---|
| 1ª Lesão   |   |
| <b>Perda anatômica e funcional completa de um dos pés - Lado Direito</b> |   |
|  | ( X ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa |
| 2ª Lesão   |   |
|  | ( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa   |
| 3ª Lesão   |   |

Ocorre que, os documentos médicos não corroboram com isso, vez que conforme já informado na impugnação ao laudo anteriormente apresentada, não há qualquer documento que afirme a lesão no seguimento do lado direito.

Cumprе ressaltar, que mesmo na nova manifestação do perito, não houve qualquer indicação da página dos autos de onde extraiu a lesão em questão ou como chegou a conclusão da lesão no pé direito, limitando-se a repetir o laudo como apresentado anteriormente.



Conclusão outra não se admite, senão que os documentos acostados aos autos NÃO atestam que existe nexos causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexos entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexos de causalidade entre as lesões e um acidente automotor.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexos de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

MOSSORO, 26 de maio de 2020.

**LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA**  
**11929 - OAB/RN**

